Elcemir Paço Cunha¹

Resumo

O projeto marxiano nunca teria se constituído sem determinadas categorias cujas origens se deram em territórios com características muito distintas. Porém, a apropriação de determinadas categorias por Marx não foi feita de maneira automática. O que demarca esta apropriação é uma rearticulação das categorias importantes e, nesse processo, caem as arbitrariedades para que possa expressar as relações objetivamente existentes. Não se trata de apuração do valor heurístico dos conceitos, mas de uma rearticulação categorial das abstrações relevantes à reprodução do concreto no pensamento e, portanto, à evidenciação da lógica das coisas, e nelas, as contradições fundamentais e as relações sociais sob as formas de superfície. Assim, neste ensaio são apresentadas as indicações fundamentais deixadas por Marx acerca das abstrações razoáveis, especialmente no que diz respeito às categorias produção em geral e trabalho abstrato como exemplificações do processo de rearticulação de categorias oriundas da economia política clássica (Adam Smith). Em seguida, é considerada a maneira pela qual Lukács de História e consciência de classe buscou rearticular a burocracia (tipo ideal weberiano) à sua transição ao marxismo, e como ele mesmo reconheceu, anos mais tarde (em A destruição da razão), as problemáticas intrínsecas da analogia entre Estado e empresa capitalista contida nesse conceito. A partir daí é possível avaliar em que medida há uma razoabilidade na burocracia para que se possa pensar uma rearticulação adequada, considerando as ideias de Poulantzas, Tragtenberg e Souza Filho. Tal avaliação tem por fim a indicação da importância das categorias exógenas ao alargamento das potencialidades do projeto marxiano, sem, contudo, deixar de apreender os limites e problemas imanentes a essa apropriação. Conclui-se no ensaio que tal abstração somente é razoável após uma rearticulação adequada, na medida em que são expressão das e expressam as relações efetivamente existentes, não se limitando, pois, à superfície dessas relações sociais.

Palavras-chave: abstrações razoáveis, produção em geral, trabalho abstrato, burocracia.

1. INTRODUÇÃO

Poucas são as categorias que podem ser consideradas totalmente endógenas ao marxismo, porque o marxismo e, em particular, o pensamento do próprio Marx não são dados à criação de *conceitos puros*, estimulados subjetivamente tão somente e não existentes na realidade mesma.

Ao mesmo tempo, porém, as categorias não são absolutamente negociáveis e transitivas entre diferentes registros e o pensamento em questão. Se a ortodoxia cega trata o pensamento marxiano como um sistema fechado, trazendo sempre o risco de tornar tal pensamento um terreno árido e estéril, ao menos tem o mérito de não sucumbir à força dos conceitos gerados

externamente em registros não apenas distintos, mas, muitas vezes, opostos. Do outro lado do espectro, a aceitação muito aberta à incorporação de categorias exógenas propicia a fertilização do terreno, o alargamento das possiblidades do próprio marxismo. Existe, porém, uma diferença radical entre, de um lado, a rearticulação das categorias necessárias ao contínuo desenvolvimento, para que tenham a concretude necessária ao projeto marxiano, isto é, uma adequabilidade ao seu padrão de cientificidade, e, de outro lado, transitividade sem limites que torna frouxo o próprio sistema receptor e, portanto, presta desserviço muito maior do que comumente se supõe.

Considerar, pois, alguns elementos importantes à rearticulação das categorias exógenas ao pensamento de Marx torna-se muito mais do que um exercício de precisão acadêmica. Para além da precisão, está implicado o tratamento adequado das coisas efetividade. entendimento da O dos elementos constitutivos da existência humano-societária, o que inclui o complexo articulado de determinações que expressam os caracteres fundamentais da reprodução dessa vida numa forma particular de ordenamento social. Sem o tratamento adequado, o projeto emancipatório de retorno das forças objetivas à vontade dos homens sucumbe ao diletantismo e ao equívoco generalizado.

Trata-se de partir, então, de elementos do padrão de cientificidade que o próprio Marx foi capaz de expressar, sobretudo o seu entendimento a respeito das categorias enquanto abstrações razoáveis determinadas social e historicamente, isto é, objetivamente. Isso fornecerá aqui não apenas o entendimento (de modo algum totalmente completo) dos pontos mais centrais ao caráter razoável das abstrações no empreendimento marxiano. especialmente no que tange à produção em geral e ao trabalho abstrato, como também tornará muito explícita a rearticulação categorial como um princípio imanente ao próprio pensamento de Marx que, como tal, de forma alguma configura um sistema hermético. Isto, todavia, não significa uma abertura total ou completa porosidade. Significa que a própria rearticulação precisa colocar as categorias sob a crítica do ponto de vista do próprio padrão de cientificidade em relação ao qual Marx deixou algumas pistas.

Para alargar a problematização dessa rearticulação, lançou-se mão das conexões que Lukács empreendeu entre Weber e Marx em *História e consciência de classe* e o

questionamento posterior dessa conexão em A mesma destruição da razão. Particularmente nos interessa a conexão do tipo ideal de burocracia à matriz marxiana que o filósofo húngaro buscou realizar em 1924 e que, trinta anos depois, considerou inadequada. Lançou-se mão, igualmente, das considerações de Poulantzas, Tragtenberg e, recentemente, Souza Filho em torno do esforço de rearticular a burocracia ao pensamento de Marx. Demarca-se, com estes últimos autores. a necessidade da rearticulação da burocracia governamental despida do tipo ideal weberiano circunscrita como relação social de forma da produção, como relação contraditória fundamental. No conjunto, veem à baila os limites desses esforços de rearticulação e também os elementos não exaustivos necessários a tal rearticulação, à razoabilidade das abstrações.

2. REARTICULAÇÃO CATEGORIAL COMO PRINCÍPIO MARXIANO

"As categorias econômicas não são mais que expressões teóricas, abstrações das relações sociais de produção" (1950, p. 127), disse Marx na *Miséria da filosofia*. E na sequência, completou: "Os mesmos homens que estabelecem as relações sociais

conforme sua produtividade material [productivité matérielle], produzem também os princípios, as ideias, as categorias, correspondentes às suas relações sociais. Assim", continuou ele, "essas ideias, essas categorias são também tão pouco eternas quanto as relações que elas exprimem. Elas são produtos históricos e transitórios" (p. 127-128). Estes apontamentos remontam a 1847 e só seriam diretamente retomados dez anos depois, quando Marx aprofunda e torna ainda mais complexa essa determinação social das categorias esboçada em poucas linhas.

A chamada *Introdução de 1857*, já bastante visitada, possui o caráter de texto no qual Marx melhor expressou a posição onto-epistêmica de seu empreendimento, embora não de maneira sistemática e definitiva. Bem entendido: de um *padrão de cientificidade* que apenas faz sentido se não desconectado dos lineamentos de caráter ontológicos. É neste texto que podemos encontrar um tratamento sintético do caráter universal e particular das categorias, isto é, o caráter abstrato e simples, mas também o concreto e determinado, caráter muitas vezes retomado na redação d'*O Capital*.

É importante, porém, reter a atenção nos pontos mais centrais e adequados à

explicitação dos elementos que ajudam a demarcar a razoabilidade das categorias.

O primeiro deles surge quando Marx busca, de certa forma, fornecer um sentido razoável às abstrações da própria economia política clássica. A chamada produção em geral, com a qual todos os textos começavam (e.g. Mill, 1996), buscava indicar os fatores gerais de toda e qualquer produção; daí: terra, capital e trabalho. Desse ponto de vista, relativamente ainda dominante em nossos tempos, os mesmos fatores de produção correspondentes à sociedade capitalista aparecem como fatores presentes nas sociedades passadas, mesmo onde não havia capital nem trabalho que o valorizasse. De maneira ainda mais grave, este ponto de vista leva também ao entendimento de que não há qualquer produção capaz de ser operada sem capital e sem esse trabalho que emprega, vez que são os fatores constitutivos da produção em geral. Aqui se manifesta o ponto para uma das principais críticas de Marx à economia política, ou seja, o caráter eternizante com o qual se colocam as categorias, expressando determinações particulares (como capital e trabalho) na qualidade de determinações universais. Assim, Marx pôde afirmar que:

/.../ todas as épocas da produção têm certas características em comum, determinações

em comum. A produção em geral é uma abstração, mas uma abstração razoável [verständige Abstraktion], na medida em que evidencia a efetividade do que é comum, fixa e poupa a repetição. Esse caráter geral, contudo, ou este elemento comum, que se destaca por meio da próprio comparação, é ele multiplicidade articulada [ein vielfach Gegliedertes], em diversas determinações divergentes [in verschiedne Bertimmungen Auseinanderfahrendes]. Alguns desses elementos comuns pertencem a todas as épocas, outros apenas são comuns a poucas. Certas determinações serão comuns à época mais moderna e à mais antiga. Sem elas não se poderia conceber nenhuma produção. (2011, p. 41; 1983, p. 20-21).

Toda sociedade possui e possuirá necessariamente uma forma de produção. É possível destacar dessas formas características que são comuns e que formam, assim, os elementos presentes em todas as formas de produção e que, ao mesmo tempo, não revelam qualquer particularidade. Esta universalidade destacada por comparação é não apenas um complexo articulado também mas constituída de determinações diferenciáveis que variarão de acordo com as formas de produção particulares. Assim, algumas determinações serão comuns e outras exclusivas de determinadas sociedades, e é esta possibilidade que demarca as diferenças específicas das formações sociais, sobretudo diferenca específica da sociedade capitalista. Apenas desse ângulo a produção geral, demarcada antes num em

entendimento mistificador e eternizante, pode agora ser apresentada como uma abstração razoável porque "efetivamente destaca e fixa o elemento comum", "isolado por comparação" e, ao mesmo tempo, permite capturar as determinações que são especificamente pertencentes a determinadas sociedades e não a todas. De tal maneira, a produção em geral apresentada como os fatores terra, capital e trabalho são mais uma determinação da sociedade capitalista do que necessariamente uma abstração que destaca os elementos universais de toda e qualquer produção.

Para efeito ilustrativo, basta constatar que, anos mais tarde, Marx escreverá n'O Capital, em relação ao *processo de trabalho* sob seu caráter universal e, portanto, sem as determinidades próprias desse processo nas diferentes sociedades concretas:

O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. (1985, p. 153; 1962, p. 198).

Em outros termos, assim como toda sociedade possui uma produção, possui

também um processo de trabalho, cujos elementos simples são, igualmente, os elementos universais, isto é, a energia humana, os instrumentos de trabalho, a natureza etc., sem os quais não haveria qualquer vida humana e, portanto, qualquer sociedade ou produção. Tais elementos são comuns a todas as formas sociais e, assim, relações não expressam determinadas, próprias de uma sociedade particular. Apenas sob a forma da produção capitalista o processo de trabalho assume também o caráter de processo de valorização porque as relações sociais sob as quais tal processo se realiza carregam determinações próprias e particulares, embora mantenha ao fundo os mesmos elementos comuns a todas as formas de produção. Desse contraste se apresenta o capital e o trabalho assalariado como elementos que demarcam a diferença específica da produção capitalista.

Esta ilustração abre caminho para o segundo aspecto importante, que surge quando Marx, na mesma *Introdução de 1857*, aprofunda a crítica ao método da economia política e, nessa crítica, rearticula o *trabalho abstrato* a partir dessa mesma economia. No momento da discussão, está em pauta a relação de anterioridade entre as categorias mais simples e as mais concretas (ou universais e particulares). O dinheiro,

por exemplo, existiu antes do capital e, por isso, "Nesse caso, o curso do pensamento abstrato, que se eleva do mais simples ao combinado, corresponderia ao processo histórico efetivo" (p. 56; p. 38), levando-se em conta que o dinheiro é a forma mais primitiva do capital. Mas em outros casos, "Por outro lado", disse Marx, "/.../ muito embora possa ter existido historicamente antes da categoria mais concreta, a categoria mais simples, em seu pleno desenvolvimento intensivo e extensivo, pode pertencer precisamente a uma forma de sociedade combinada, enquanto a categoria mais concreta estava plenamente desenvolvida em forma de sociedade uma menos desenvolvida" (p. 57; p. 37). Em outros termos, a relação de anterioridade entre as categorias varia, a depender das suas considerações efetivamente históricas. Na sequência dessa argumentação, Marx insere o trabalho como categoria para exemplificar este segundo caso no qual a forma mais concreta antecede a mais universal. E é preciso ter em conta como tais categorias são determinadas nas próprias relações sociais que elas expressam e não se conformam, elaborações pois, como puramente subjetivas. Disse Marx que:

O trabalho parece uma categoria muito simples. Também a representação do

trabalho nessa universalidade – como trabalho em geral – é muito antiga. Contudo, concebido economicamente nessa simplicidade, o 'trabalho' é uma categoria tão moderna quanto as relações que geram esta simples abstração (p. 57; p. 38).

Aqui aparece uma tematização elaborada muitos anos antes nas páginas dos Manuscritos econômico-filosóficos acerca do trabalho abstrato, isto é, trabalho indistinto que valoriza capital. À primeira vista, o trabalho em geral é uma categoria que está conectada à própria história humana, vez que remonta às muitas sociedades passadas. O trabalho assim, surge, como uma universalidade. Marx argumenta, porém, que a determinação do trabalho como esta universalidade é posterior às suas formas concretas existentes historicamente. maneira que tal categoria nesta simplicidade é pertencente às relações econômicas da produção capitalista. Em outros termos, é uma abstração engendrada no interior das relações efetivas. Disso, esclareceu Marx, segue que:

Foi um imenso progresso de Adam Smith descartar toda determinabilidade da atividade criadora de riqueza – trabalho simplesmente, nem trabalho manufatureiro, nem comercial, nem agrícola, mas tanto um como os outros. Com a universalidade abstrata da atividade criadora de riqueza, tem-se agora igualmente a universalidade do objeto determinado como riqueza, o

produto em geral, ou ainda o trabalho em geral, mas como trabalho passado, objetivado. O fato de que o próprio Adam Smith ainda recaia ocasionalmente no sistema fisiocrata mostra como foi difícil e extraordinária essa transição. Poderia parecer que, com isso, apenas fora descoberta a expressão abstrata para a relação mais simples e mais antiga em que os seres humanos - seja qual for a forma de sociedade – aparecem como produtores. Por um lado, isso é correto. Por outro, não. A indiferença diante de um determinado tipo de trabalho pressupõe uma totalidade muito desenvolvida de tipos efetivos de trabalho, nenhum dos quais predomina sobre os demais. Portanto, as abstrações mais gerais surgem unicamente com o desenvolvimento concreto mais rico, ali onde um aspecto aparece como comum a muitos, comum a todos. Nesse caso, deixa de poder ser pensado exclusivamente em uma forma particular. Por outro lado, essa abstração do trabalho em geral não é apenas o resultado mental de uma totalidade concreta de trabalhos. A indiferença em relação ao trabalho determinado corresponde a uma forma de sociedade em que os indivíduos passam com facilidade de um trabalho a outro, e em que o tipo determinado do trabalho é para eles contingente e, por conseguinte, indiferente. Nesse caso, o trabalho deveio, não somente enquanto categoria, mas na efetividade, meio para a criação da riqueza em geral e, como determinação, deixou de estar ligado aos indivíduos em uma particularidade. Tal estado de coisas encontra-se no mais alto grau de desenvolvimento na mais moderna forma de existência da sociedade burguesa - os Estados Unidos. Logo, só nos Estados Unidos a abstração da categoria 'trabalho', 'trabalho em geral', trabalho puro e simples, o ponto de partida da Economia moderna, devém verdadeira na prática. Por conseguinte, a abstração mais simples, que a Economia moderna coloca no primeiro plano e que exprime uma relação muito

antiga e válida para todas as formas de sociedade, tal abstração só aparece verdadeira na prática como categoria da sociedade mais moderna (p. 57-58; p. 38-39).

A determinação social das categorias se mostra nesta passagem de forma cabal. O trabalho enquanto uma abstração contornos universais somente foi possível "desenvolvimento numa sociedade de concreto mais rico" na qual os trabalhos concretos perdem relativamente as suas especificidades e qualidades singulares, e não apenas como produto puramente mental destacado "de uma totalidade concreta de trabalhos". Foram as relações sociais efetivamente desenvolvidas a condição para que se desprendesse a atividade criadora de riqueza (trabalho produtivo) das suas formas particulares. Daí, disse Marx:

Esse exemplo do trabalho mostra com clareza como as próprias categorias mais abstratas, apenas de sua validade para todas as épocas – justamente por causa de sua abstração –, na determinabilidade dessa própria abstração, são igualmente produto de relações históricas e têm sua plena validade só para essas relações e no interior delas (p. 58; p. 39).

Mesmo as abstrações mais universais são produtos da efetividade, das relações históricas. Por isso, "/.../ se é verdade que as categorias da economia burguesa têm uma

validade para todas as outras formas de sociedade, isso deve ser tomado cum grano salis. Elas podem conter tais categorias de modo desenvolvido, atrofiado, caricato etc., mas sempre com diferença essencial (p. 59; p. 40)". O trabalho abstrato, pois, enquanto abstração de contornos universais apenas possui validade para a sociedade que produz riqueza por meio do trabalho nesta simplicidade, independentemente de sua forma particular. A atividade humana sempre existente precisou de um concreto mais rico para ser apresentada em sua forma universal, mas, ao mesmo tempo (e não se deve perder isto de vista), esta forma universal pela qual agora se apresenta é resultado de relações históricas específicas no interior das quais a atividade humana é atividade criadora de riqueza (privada), isto é, uma forma determinada da atividade humana produtiva presente em todas as épocas (a mesma que está contida naquele processo de trabalho simples indicado antes) e que se realiza na sociedade capitalista como trabalho produtivo no interior do processo de valorização: trabalho que valoriza capital. Portanto, mesmo quando universais, as categorias expressam relações efetivas, as mesmas relações nas quais são engendradas. Daí é possível compreender que:

Como em geral em toda ciência histórica e social, no curso das categorias econômicas é preciso ter presente que o sujeito, aqui a moderna sociedade burguesa, é dado tanto na realidade como na cabeça, e que, por conseguinte, as categorias expressam formas de ser, determinações da existência, frequência somente aspectos singulares, dessa sociedade determinada, desse sujeito, e que, por isso, a sociedade, também do ponto de vista científico, de modo algum só começa ali onde o discurso é sobre ela enquanto tal. /.../. Em todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e a influência das demais produções e suas respectivas relações. É uma iluminação universal em que todas as demais cores estão imersas e que as modifica em sua particularidade. É um éter particular que determina o peso específico de toda existência que nele se manifesta (p. 59; p. 40).

As categorias são reproduções do efetivamente existente no pensamento. A sociedade capitalista em pauta é dada tanto na realidade quanto na cabeça e, assim, as categorias não são enxertadas subjetivamente, categorias subjetivas com as quais se ordena o efetivamente existente, "expressam formas de mas ser, determinações da existência". Tais categorias são originadas na própria materialidade das relações contidas nas formas de produção de determinadas sociedades, em que tais sociedades são uma produção particular e suas correspondentes relações. O trabalho abstrato não é, portanto,

pelas mãos de Marx, apenas um conceito e não possui o caráter ahistórico imputado por Smith. Trata-se de uma categoria rearticulada a partir do próprio Adam Smith para ser determinada como um produto das relações efetivas condizentes à produção material em uma sociedade na qual há uma indistinção *objetiva* em relação aos trabalhos particulares como atividade criadora de riqueza – e apenas assim, por esta tal categoria objetividade, pôde ser engendrada. É uma abstração de contornos universais (posta ao mundo depois das formas concretas) que Marx rearticula para expressar o caráter determinado da atividade humana como trabalho que valoriza capital, isto é, a forma específica que a atividade humana assume no interior de relações históricas determinadas e especificamente capitalistas. Assim como a produção em geral, o trabalho abstrato é uma abstração razoável (mas com propriedades distintas da primeira) na medida em que ajuda a demarcar o caráter determinado da sociedade e das relações nelas contidas, as quais engendraram esta própria categoria. Esta categoria, porém, apenas se apresenta como "forma de ser, determinação da existência" uma vez rearticulada ao pensamento propriamente marxiano que compreende a determinação social das categorias, o vínculo necessário entre as categorias e as sociedades determinadas e que expressam as relações sociais de fundo ocultadas sob o manto objetivo da própria forma de produção.

Nos dois casos, tanto em relação à produção em geral quanto ao trabalho abstrato, pudemos apreciar (mas não exaustivamente) o processo de rearticulação de duas categorias exógenas ao pensamento propriamente marxiano e que, ao mesmo tempo, constituem peças fundamentais da projetada "anatomia da sociedade civil" (1974). Em outros termos, as categorias exógenas são substantivas ao pensamento em questão, uma vez rearticuladas e confirmadas as suas razoabilidades. A produção em geral como abstração razoável destaca e fixa os elementos comuns às diferentes formas de produção. Ela própria já se configura um complexo articulado de determinações, as quais, por sua vez, podem ser pertencentes a todas as formas de produção ou apenas a algumas. Deste ângulo, toda sociedade possui uma forma de produção, mas nem toda forma de produção exatamente possui as mesmas determinabilidades e, assim, o capital, por exemplo, é uma categoria específica da sociedade capitalista que expressa relações também determinadas e de modo algum é elemento constitutivo da produção em geral, como supôs Mill. Por sua vez, o trabalho abstrato é uma abstração à qual Adam Smith chegou, mas não como um produto puramente subjetivo. A determinação social do trabalho abstrato significa a constituição de uma sociedade na qual a produção da riqueza se realiza por meio do trabalho indistinto. Esta forma geral de expressar o trabalho, portanto, é um produto das próprias condições da produção capitalista, das relações sociais desenroladas nessas condições. Nesse sentido, a razoabilidade dessa categoria está em expressar o trabalho que valoriza capital (e não tão somente o trabalho que produz mercadorias materiais²) e, assim, também as relações determinadas desta forma de sociedade particular, a diferença específica dessa sociedade, de sua produção e das relações correspondentes. Embora expresse nessa simplicidade o trabalho, Marx rearticula o trabalho abstrato como uma forma particular da atividade humana, uma forma que apenas se torna absolutamente efetiva nas condições mais avançadas da produção do capital.

3. LUKÁCS E O TIPO IDEAL DE BUROCRACIA

O esforço de rearticulação categorial não se limitou a Marx. Em História e consciência de classe de 1924. Lukács estabeleceu determinadas considerações que conectavam elementos do empreendimento de Marx com o de Max Weber. Foi o suficiente para que se atribuísse a Lukács a responsabilidade por ter forjado a primeira tentativa de um marxismo weberiano (Merleau-Ponty, 1955) e que acumulou rios de páginas desde então, sobretudo acerca das suas possibilidades e limites (e.g. Kocka, 1986; Löwy, 1992; Mészáros, 1989; 1993; 1995; 2010; 2011; Frederico, 2010; Paço-Cunha. 2010). Festejado e também duramente criticado, o esforço de Lukács teve um papel importante na abertura do marxismo para questões que iam para além do revisionismo dominante à época. A conexão entre elementos de Marx e de Weber tem por fundamento, como o próprio Lukács afirmou, uma tentativa de "renovar a tradição hegeliana do marxismo" (1977a, p. 23). E, nesse processo, aceitou elementos importantes weberianos como possibilidade objetiva, a racionalização, o cálculo racional e também tipo ideal de burocracia, além de outras questões. É em

relação ao tipo ideal de burocracia que gostaríamos de fornecer maior atenção neste ensaio.

Existem basicamente duas teses a respeito da incorporação de elementos weberianos por Lukács naquele texto de 1924. Estas teses ganham ainda mais importância devido à ausência de uma consideração autocrítica acerca dessa questão em particular, especialmente se comparada à atenção que o próprio Lukács deu sua "sobrecarga hegeliana" [Hegelsche-Überspannung] (1977a, p. 22) no famoso prefácio de 1967. A primeira das teses assegura a existência de uma "interpretação weberiana de Marx" (Mészáros, 1995, p. 336) ou ainda uma "weberianização de Marx" (Frederico, 2010, p. 174) empreendida por Lukács naquela obra de transição. A segunda tese dá conta existência de uma tentativa rearticulação dos elementos weberianos a uma matriz marxiana por fundamento (Teixeira, 2010). Ambas as teses têm suas razões e limitações. A primeira subestima (relativamente) necessidade a rearticulação das categorias enquanto abstrações razoáveis que alarguem as potencialidades do projeto marxiano, avaliando determinadas questões do ponto de vista do texto de Marx (o que é correto).

Uma conjunção pura de Marx e de Weber, considerando nestes termos, certa complementariedade radicalmente transitiva, com toda certeza presta mais desserviço do que qualquer outra coisa. Mas este, talvez, não tenha sido tão simplesmente o caso de Lukács. A segunda tese abre a possibilidade da rearticulação categorial, algo que, como vimos, é intrínseco ao próprio pensamento marxiano, mas imputa relativamente uma intencionalidade absolutamente consciente nesse sentido que talvez estivesse ausente durante a redação de História e consciência de classe. O que havia de efetivamente deliberado, como dito, era o esforço de resgatar a tradição hegeliana do marxismo. Podemos chegar a pistas avaliando a aceitação provisória do tipo ideal de burocracia e a sua crítica feita anos depois em A destruição da razão.

Duas passagens são suficientemente diretas sobre a questão aqui em pauta. No conhecido capítulo sobre a reificação, Lukács tece considerações sobre o imediatismo da reificação nas análises ideologicamente motivadas, inclusive entre aqueles autores que não possuem a declarada intenção de "negar ou obliterar o fenômeno" (2003, p. 213; 1977b, p. 269). Exemplifica este ponto com uma indicação de *A filosofia do dinheiro* de Simmel, como uma obra que

apenas fornece uma descrição do (citando Marx d'O Capital) "mundo enfeitiçado, invertido e às avessas" (p. 213; p. 270). Argumenta que a simples descrição é o limite dessas análises que rondam apenas as manifestação formas exteriores de reificação. Logo na sequência dessa conhecida argumentação, Lukács traz à baila a questão da burocracia em conexão com elementos marxianos por meio da citação literal dos escritos políticos de Weber. Disse ele que:

> Essa separação entre os fenômenos da reificação e o fundamento econômico de sua existência, a base que permite compreendê-los, ainda é facilitada pelo fato de que esse processo de transformação deve necessariamente englobar o conjunto das formas de manifestação da vida social, para que sejam preenchidas as condições de uma produção capitalista com pleno rendimento. Assim, o desenvolvimento capitalista criou um sistema de leis que atendesse suas necessidades e se adaptasse à sua estrutura, um Estado correspondente, entre outras coisas. A semelhança estrutural [strukturelle Ähnlichkeit] é, de fato, tão grande que nenhum historiador realmente perspicaz capitalismo do moderno poderia deixar de constatá-la. Weber descreve o princípio fundamental desse desenvolvimento da seguinte maneira: "Ambos são, antes, bastante similares em sua essência fundamental. O Estado moderno, de um ponto de vista sociológico, é uma 'empresa' tal como uma fábrica; é justamente o que tem de específico no âmbito histórico. E as relações de dominação na empresa também estão, nos dois casos, submetidas a

condições da mesma espécie. Do mesmo modo como a relativa autonomia do artesão ou industrial domiciliar, camponês proprietário, do comandatário, do cavaleiro e do vassalo baseava-se no fato de que eram proprietários dos instrumentos, das reservas, dos meios financeiros, das armas, com o auxílio dos quais realizavam sua função econômica, política e militar, e da qual viviam enquanto a cumpriam, a dependência hierárquica do operário, do balconista, do empregado técnico, do assistente de um instituto universitário e do funcionário do Estado e de um soldado tem o mesmo fundamento, a saber: os instrumentos, as reservas e os meios financeiros, indispensáveis tanto à empresa quanto à vida econômica, estão nas mãos do empresário, num caso, e do chefe político, no outro." (p. 214; p. 270).

No início da passagem, Lukács afirmou a correspondência entre "desenvolvimento capitalista" e os "sistemas de leis" e também o Estado etc., que são importantes às necessidades desse próprio desenvolvimento. Na sequência, ele se prende à "semelhança estrutural" entre o Estado e a empresa capitalista, numa aceitação desse princípio do tipo ideal weberiano. burocracia Essa está na passagem, porém, em ligação com uma das ideias mais fundamentais do marxismo, isto é, o relacionamento entre a produção da riqueza esfera político-legal materializada no Estado capitalista. Desse ponto de vista, o tipo ideal weberiano exposto parece assumir mais o papel de uma

constatação acerca da semelhança estrutural (e também de superfície) do que uma incorporação dos princípios seus metodológicos. A semelhança é, de fato, tão evidente que, disse ele, "nenhum historiador realmente perspicaz do capitalismo moderno poderia deixar de constatá-la". O que Lukács não foi capaz de constatar neste momento do desenvolvimento de seu pensamento é o elevado grau de superficialidade contida na descrição weberiana (que se assemelha ao modo de Simmel) e que iguala o Estado e a empresa capitalista por meio de elementos superficiais, ignorando o caráter específico da cisão entre o trabalho e a propriedade privada na esfera da produção material vis-àvis a cisão que ocorre no Estado e a própria implicação desse último a partir da primeira cisão. Ao menos Lukács busca circunscrever estrutural" "semelhanca como consequência do "desenvolvimento capitalista", algo que mantém em primeiro plano a contradição fundamental, a produção do mais-valor, que é apagada na simples identidade posta sociologicamente por Max Weber.

Poucas páginas depois, num momento em que discute a profusão da consciência reificada dada a moderna técnica de produção, Lukács argumenta que "a diferença do trabalhador em relação a cada máquina, do empresário em relação ao tipo dado de evolução mecânica, e do técnico em relação ao nível da ciência e da rentabilidade de suas aplicações técnicas, é uma variação puramente quantitativa, e não uma diferença qualitativa na estrutura da consciência" (p. 219, p. 273). Na sequência dessa afirmação, disse ele, estabelecendo novamente uma conexão entre os elementos de Marx e de Weber:

O problema da burocracia moderna só se torna plenamente compreensível nesse contexto. A burocracia implica uma adaptação do modo de vida e do trabalho e paralelamente também da consciência aos pressupostos socioeconômicos gerais da economia capitalista, tal como constatamos no caso do operário na empresa particular. A racionalização formal do direito, do Estado, da administração etc. implica, objetiva e realmente, uma decomposição semelhante de todas as funções sociais em seus elementos, uma pesquisa semelhante das leis racionais e formais que regem esses sistemas parciais, separados com exatidão uns dos outros, e subjetivamente implica, por conseguinte, repercussões semelhantes para a consciência, devidas à separação entre o trabalho e as capacidades e necessidades individuais daquele que o realiza; implica, portanto, uma divisão semelhante, racional e humana, do trabalho em relação à técnica e ao mecanismo tal como encontramos na empresa (p. 219; p. 273-274).

Além da questão da consciência reificada nas diferentes esferas que não nos interessa diretamente aqui, vemos na passagem a conexão entre o problema da "racionalização formal" ou gradativa burocratização nos "sistemas parciais"

(como Weber se referia às diferentes esferas) e a consequente semelhança entre a divisão do trabalho que ocorre na empresa e na esfera do Estado. Marx fez uma indicação a respeito dessa semelhança no 18 Brumário de Louis Bonaparte e vale aqui como recurso à demonstração daquela conexão. Nessa direção, disse Marx:

Este poder executivo, com a sua imensa organização burocrática e militar, com a sua extensa e engenhosa maquinaria de Estado, um exército de meio milhão de funcionários, juntamente com um exército de outro meio milhão de soldados, este terrível corpo de parasitas, que se cinge como uma rede ao corpo da sociedade francesa e lhe tapa todos os poros, surgiu no tempo da monarquia absoluta, com a decadência da feudalidade, que ajudou a acelerar. Os privilégios senhoriais dos grandes proprietários fundiários e das cidades transformaram-se em outros tantos atributos do poder de Estado, os dignitários feudais em oficiais [funcionários] retribuídos e o variado mostruário dos plenos poderes medievais divergentes no plano regulado de um poder de Estado, cujo trabalho está dividido e centralizado de modo fabril [deren Arbeit fabrikmäßig geteilt und zentralisiert ist - ou ainda, sistematicamente dividido e centralizado] (1960, p. 196-197).

A burocracia governamental assume uma divisão e centralização do trabalho de modo fabril ou sistematicamente, disse Marx. Mas de forma alguma aqui, ou em qualquer outro lugar dos escritos de Marx, tanto o Estado quanto a empresa capitalista caem sob o conceito (ou tipo ideal) de burocracia, indistintamente. É importante

que isso fique claro para que sejam evitados mal entendidos, como aquele produzido pelo próprio Weber (2001, p. 147) ao afirmar Marx como o maior dos construtores de tipos ideais. Lukács, de fato, também não faz diretamente esta redução, pois parece que relevo mantém em crescente "racionalização formal" como consequência "desenvolvimento do capitalismo", do embora tenha aceitado, antes, a "semelhança estrutural" sem maiores questionamentos. Em outros termos, parece manter a matriz marxiana como o fundamento para uma conexão com elementos advindos maneira exógena, no caso, advindos da sociologia weberiana.

Esboça-se, assim, um tipo de esforço para uma rearticulação categorial ao invés de uma "interpretação weberiana" ou uma "weberianização" de Marx. Mas não por isso se configura uma rearticulação plenamente consciente, nem totalmente bem sucedida. A rearticulação categorial exige um tipo de de reposicionamento inspeção e categorias para que elas possam ganhar razoabilidade enquanto abstrações que expressam relações efetivas; algo pudemos acompanhar relativamente na Introdução de 1857 em relação à produção em geral e ao trabalho abstrato. Este direcionamento, porém, não pôde ser

encontrado em Lukács, pelo menos não sistematicamente no que diz respeito ao conceito de burocracia; não convertido, pois, em categoria, em abstração razoável. Por isso, parece um esforço não deliberado de conectar elementos externos à base marxiana, movido mais pela própria abertura que o pensamento marxiano proporciona e pela necessidade sempre latente de avançar nas questões importantes em pauta. Em outras palavras, não encontramos História e consciência de classe, ao menos não tangente ao tipo ideal de burocracia, o mesmo procedimento em relação categorias da economia política clássica que vimos em Marx daquela introdução. Não há necessariamente uma plena rearticulação, mas um tipo de conexão que tem por eixo os fundamentos marxianos.

Tudo indica que o próprio Lukács tenha reconsiderado essa conexão anos mais tarde no livro dedicado ao pensamento alemão que antecedeu o Drittes Reich. Todavia, também não de forma sistemática. considerações feitas vez que as particularmente ao tipo ideal de burocracia fazem parte da discussão sobre a sociologia da vida e não se configuram um estudo dedicado ao problema. Ainda assim, as considerações de Lukács são suficientemente precisas em relação ao

núcleo da problemática identidade forçada entre Estado e empresa a partir dos elementos superficiais. Como se apega a esses elementos de superfície, assume tal sociologia, incluindo a "liberdade de valores", contornos do irracionalismo.

Nessa direção, disse Lukács, "O irracionalismo é a forma que assume /.../ a tendência a esquivar a solução dialética de dialéticos. problemas Α aparente cientificidade, a rigorosa 'liberdade de valores' da sociologia é, portanto, na realidade, a fase mais desenvolvida do irracionalismo ao qual agora se tem chegado" (1958, p. 193; 1972, p. 497). Estas indicações baseiam-se nas constatações que ele fez acerca do que denomina "luta contra o materialismo". Na sociologia daquele período, no qual Weber se apresenta como peça fundamental, a luta, diz Lukács, é "contra a prioridade do ser social, contra o papel determinante do desenvolvimento das forças produtivas" (p. 183; p. 487). Este ponto angular da análise de Lukács indica a própria natureza da metodologia dos sociólogos alemães – e entre eles, Weber –, "chegar seja, compreender, aparentemente, a essência do capitalismo sem entrar nos seus verdadeiros problemas econômicos (sobretudo, no problema do mais-valor, da exploração)" (p. 186; p. 490).

Lukács aponta que os aspectos decisivos da sociedade produtora de valor são deformados, como resultado da esquiva frente às questões verdadeiramente materiais e de fundamento dessa produção. Ele reconhece, porém, que "O fato da separação dos trabalhadores e dos seus meios de produção, o aparecimento do trabalho livre, é certamente mencionado e ele cumpre mesmo na sociologia weberiana um papel não negligenciável", e já que sabemos se tratar de um dos elementos centrais do tipo ideal de burocracia, o qual amalgama o Estado e a empresa capitalista. "Mas", completou ele, "a característica decisiva do capitalismo", para Weber, "reside na racionalidade e calculabilidade" (Idem; Idem) e não no papel específico e histórico, não no caráter angular da separação entre propriedade e trabalho, vez que a produção do mais-valor está retirada de cena como também a relação de exploração do trabalho que esta produção implica. Isto fornece o aparente caráter de compreensão precisamente porque não é capaz de revelar contradições fundamentais, as permanecendo na descrição das identidades superficiais dadas pelo próprio conceito de burocracia.

Ainda nessa direção, Lukács comenta ainda que a sociologia alemã produz "a

inversão dos verdadeiros elementos da economia capitalista, fazendo com que os fenômenos vulgarizados da superfície desempenhem o papel prioritário sobre os problemas relacionados com O desenvolvimento das forças produtivas" (p. 186; p. 490), adicionalmente estabelecendo "deformações abstratas" que proporcionam às "formas ideológicas, principalmente o direito e a religião, uma função equivalente ao da economia, atribuindo-lhes mesmo uma ação causal superior". Para Lukács esta maneira de colocar as coisas substitui gradativamente a especificação das relações determinativas, o que demarca o traço do irracionalismo. Por isso, disse ele, "É assim que Weber sublinha a analogia grosseira entre o Estado moderno e uma empresa capitalista", analogia marcante que é simples descrição, dada a sua "posição agnósticorelativista, rechaça o problema da causação primária" (Idem; Idem). Esta sociologia se degenera em uma "mística irracionalista" (p. 189; p. 493), na feitura de "analogias abstratas" (p. 191; p. 495). Há, por fim, segundo Lukács, um tipo de bloqueio, de hipóstase do "devir social" posta pela distorção dos traços fundamentais produção capitalista e pela rejeição da "luta de classe" como um fato da história (p. 192; p. 496); algo parecido com o caráter eternizante que Marx apontou nas categorias da economia política clássica (cf. Weber, 1999, p. 222, sobre a impossibilidade de os dominados superarem a estrutura burocrática de sua própria dominação).

Estas curtas indicações são suficientes para estabelecer um contraste bem marcante entre as maneiras pelas quais considerou-se a questão da burocracia. Ora, se em História e consciência de classe vimos uma celebração da constatação de Weber acerca da "semelhança estrutural" entre Estado e empresa capitalista, tudo indica que em A destruição da razão esta constatação descritiva não é suficiente para uma apreensão decisiva dos problemas em pauta. Aliás, a "semelhança estrutural" é convertida em "analogia grosseira, abstrata", nos termos do próprio Lukács. Por que analogia grosseira e abstrata? Porque se limita à descrição da forma superficial, porque move-se em busca das identidades e não das diferenças e das conexões, porque, em suma, inverte as verdadeiras relações determinativas (no sentido de anterioridade ontológica) como uma oposição à prioridade do ser social, suplantando a produção do mais-valor e a exploração do trabalho com os elementos vulgarizados de superfície (como o direito e a religião). A própria burocracia enquanto um tipo ideal, embora carregue consigo o traço da dominação racional-legal e que sob certos aspectos ajuda a iluminar determinada face dos problemas, termina por inviabilizar a superação da própria burocratização que anuncia, desprezando a necessária superação dada pela luta de classes.

O fato mais decisivo é que a conexão estabelecida em História e consciência de classe entre o tipo ideal de burocracia e a é. anos base marxiana mais tarde. considerada inadequada. 0 conceito, portanto, não parece ter sido considerado por Lukács como algo puramente transitivo em relação aos fundamentos marxianos. A rearticulação não fora bem sucedida e foi significativamente abandonada em função das nada desprezíveis obstruções apresentadas. Mas a necessidade do esforço de rearticulação permaneceu no século XX. Alguns autores podem ser evocados para exemplificar esta questão ainda em torno da burocracia.

4. A NECESSIDADE DA REARTICULAÇÃO DA BUROCRACIA

A mesma questão celebrada por Lukács como sendo uma constatação importante realizada por Weber acerca da "semelhança estrutural" entre o Estado e a empresa capitalista foi, anos depois, considerada "analogia grosseira" entre essas esferas. Aquela constatação que o próprio Lukács realizou em relação à descrição como o limite das análises que estacionam na forma fenomênica, agora se aplica ao tipo ideal de burocracia no qual se efetiva uma espécie de esquiva dos problemas materiais, da exploração do trabalho, do mais-valor.

Parece, porém, que o esforço de rearticulação da burocracia ainda mantém-se necessário. Não é lugar para resgatar a longa trajetória do problema. Basta indicar a distinção entre burocracia e burocratismo feita por Poulantzas (1971) para situar a primeira como uma "categoria social específica", isto é, "a burocracia em suas relações com a luta política de classes" (p. 180), e a segunda como aquilo que "representa uma organização hierárquica por delegação de poder do aparelho de Estado que tem efeitos particulares sobre seu funcionamento" (p. 181). E, disse ele, é em relação ao burocratismo que "as análises desse último [Weber] são úteis" (Idem). Passa, então, à listagem das características que se estendem da impessoalidade à disparidade da formação dos seus agentes, amalgamando Marx, Engels, Lenin e o próprio Weber. Essa distinção indica a apropriação de elementos de Weber para tratar dos aspectos funcionais da burocracia governamental, mantendo a luta de classes ao fundo e, de certa forma, retirando a empresa capitalista do conceito de burocracia.

Assim como Poulantzas, Tragtenberg não é ingênuo em relação às posições de Weber, especialmente sobre os aspectos políticos. Não obstante, a necessidade de apropriação da burocracia faz-se muito presente no livro Burocracia e ideologia, resultado da tese de seu autor. Certo ou errado, Tragtenberg (1974) argumentou que "Weber longe de ser um ideólogo da burocracia é seu grande crítico" (p. 208); algo que contrasta com a "liberdade de valores" exigida pela própria sociologia weberiana e, por isso, difícil de ser sustentado. Tragtenberg fez, inclusive, uma conexão às avessas da estabelecida por Lukács entre a "semelhança estrutural" e o "desenvolvimento capitalista", isto é, ao afirmar que "Com a irrupção da empresa capitalista, a ênfase do processo burocratização flue (sic) do Estado à período empresa, no liberal do desenvolvimento econômico capitalista" (p. 186) e não o contrário. Essa posição de Tragtenberg se assemelha mais à do próprio Weber em inverter a relação determinativa fundamental, a luta contra a prioridade do

ser social, do que a um esforço de rearticular a burocracia a uma matriz marxiana. Aliás, a ausência desse esforço é alimentada por uma visão muitíssimo simpática a Weber e que impede que sejam tematizados verdadeiramente os "problemas centrais". Disse Tragtenberg que:

O importante é a possibilidade de despertar do sono dogmático, pensar e refletir criticamente com Weber e não polemizar Weber. subterfúgios, sem escamoteação dos problemas centrais, penetrando na reflexão efetiva para superar, isto é, absorver a contribuição de Weber e excedê-la. Superar em Weber as limitações do tempo e contexto social em que se situa a sua obra; discuti-la sem compromissos ideológicos que impliquem o sacrifício do intelecto com o respeito que uma obra do porte que ele nos legou, implica (p. 156-157).

A questão em pauta está mais para uma revisão do que para uma rearticulação do conceito para que se converta em categoria, em abstração razoável. Aliás, um esforço de rearticulação exige reconhecer a inversão da relação de causalidade fundamental, reconhecer a superficialidade do tipo ideal de burocracia, incluindo a ausência do mais-valor, da exploração do trabalho e da luta de classes que o conceito implica. E este reconhecimento não produz necessariamente uma reflexão com Weber, precisamente contra as posições mistificadoras dessa sociologia, seu caráter

eternizante etc. Indiretamente. porém, Tragtenberg aponta não conscientemente o problema da analogia grosseira. Aquele ponto que Lukács enfatizou acerca da "semelhança estrutural" entre Estado e empresa, sobretudo no que diz respeito à separação entre o "funcionário e os meios de seu serviço" como um princípio fundamental do tipo ideal weberiano de burocracia, é considerado por Tragtenberg de tal maneira que parece operar a mesma distinção que empresa **Poulantzas** ao distinguir a capitalista da burocracia (e também o exército), isto é, retirar a empresa capitalista do conceito de burocracia; algo que, por princípio, é antiweberiano:

A obra de Weber insere-se no quadro ideológico da reprodução do trabalho simples e da industrialização extensiva, na medida em que concebe a empresa fundada na separação entre trabalhador e meios de produção; a burocracia fundada na separação entre administrador e meios de administração; a instituição militar fundada na separação entre o oficial e os meios de guerra. Para Weber a racionalização opera-se por intermédio do capital contábil (p. 208).

Parece que nessa passagem há o esforço de distinguir, ainda que de maneira precária, a burocracia governamental da empresa capitalista, em oposição não decisivamente consciente ao tipo ideal weberiano porque, na verdade, Weber nunca poderia fazer esta distinção por força do

próprio conceito. Precária porque, assim como vimos em Lukács, desconsidera o efetivo sentido da separação entre o trabalho e a propriedade na esfera da produção material, ou seja, contenta-se com esta semelhança descritiva e superficial do problema ao fundo e que não é revelado: o problema do mais-valor, da exploração do trabalho na produção material é o verdadeiro condicionamento sobre a esfera políticolegal do Estado, incluindo sua burocracia governamental, ao contrário do que pensa Tragtenberg. Para principiar, pois, um esforço de rearticulação mais decisivo haveria de enfrentar muito mais abertamente este obstáculo que o próprio conceito Não weberiano impõe. obstante, necessidade de rearticulação se mostra aqui presente em função precisamente dessa distinção entre a empresa capitalista e a burocracia (governamental); um atentado ao tipo ideal weberiano.

Tanto em Poulantzas quanto em Tragtenberg é possível capturar esta necessidade de rearticulação categorial, mas em nenhum deles captura-se o esforço efetivo e sistemático nessa direção.

Num livro recente de Souza Filho (2011), este esforço pode ser capturado de forma um pouco mais evidente, pois parece existir uma intenção mais clara de realizar

esta rearticulação. Trata-se de Gestão púbica e democracia: a burocracia em questão. Nesse livro, o tópico 1.3 do primeiro capítulo é bastante útil para demonstrar não apenas a existência da necessidade de rearticulação como também uma tentativa ainda em processo e que vai à direção aqui exposta de cindir a empresa capitalista da burocracia governamental.

Souza Filho (2011), neste livro, não aceita plenamente, como os dois autores anteriores, as posições e proposições de Weber. Há consideráveis indicações sobre as limitações da sociologia weberiana. O tratamento dessas limitações não inclui, no entanto, uma consideração sistemática a respeito da "semelhança estrutural" ou da grosseira". "analogia Assim como Poulantzas e Tragtenberg, Souza Filho separa não deliberadamente a burocracia governamental e a empresa capitalista, isto é, tal separação não é um resultado de uma rearticulação categorial sistemática. Isso pode ficar mais evidente no momento em autor explora o "fenômeno que burocrático", especificamente a partir da "função da burocracia no Estado". Após citar (p. 39), em tom de concordância, aquela passagem de Tragtenberg de antes, na posição de "refletir vimos a qual criticamente com Weber", disse Souza Filho

que "ao analisarmos criticamente determinações da burocracia, buscaremos captar as categorias que efetivamente correspondam ao fenômeno e que estão presente (sic) nas obras de Hegel e Weber. E relação a Marx e à tradição marxista, o não será diferente". tratamento preocupação central está "em extrair os traços essenciais e universais do fenômeno. /.../ o tratamento que daremos ao fenômeno encontra-se num nível mais alto de abstração" (p. 39).

"Analisar criticamente as determinações da burocracia", "captar as categorias que efetivamente correspondam ao fenômeno", "extrair os traços essenciais e universais do fenômeno", e tratar do "fenômeno" num "nível mais alto de abstração" são elaborações cujo tom é bastante aproximado do de Tragtenberg (e indiretamente do de Weber mesmo, no que diz respeito ao entendimento de que se trata de um fenômeno). Mas o que é importante de ser notado é que a preocupação compreende a captura das categorias, tanto de Weber quanto de Marx, que correspondam ao fenômeno. Não é o mesmo, pois, que uma tentativa deliberada de rearticulação do conceito a uma matriz marxiana, sobretudo a partir da constatação de "O caráter de dominação presente na burocracia e a racionalidade de sua estruturação são determinações centrais que merecem destaques ao se analisar a burocracia. E Weber é um autor indispensável para refletirmos tais questões" (p. 42). Em outros termos, parece mais aquela reflexão crítica com Weber ao invés de uma rearticulação efetiva que proporcionasse, de uma forma mais decisiva, razoabilidade à categoria burocracia.

Aliás, tratar da burocracia num nível mais alto de abstração exigiria a aceitação da identidade entre o Estado e a empresa capitalista, mas essa abstração não seria razoável pelos motivos já aludidos. Não por menos, a burocracia no livro em pauta não corresponde ao tipo ideal weberiano, mas à burocracia governamental, e essa cisão entre as esferas demarca a necessidade da rearticulação e, em certa medida, um esforço nessa direção, dado o vínculo dessa burocracia governamental às contradições, as mesmas contradições ausentadas no tipo ideal weberiano. Isso pode ser constatado mais de uma vez, especialmente argumento de que "A burocracia, sendo um dos componentes da materialidade do Estado - que, como vimos, é a instituição no capitalismo capaz de atender interesses de não dominantes camadas -, expressa, também, as contradições presentes no

Estado" (p. 39). Daí que "a existência da burocracia está vinculada ao Estado e, por conseguinte, à dominação de classe" (p. 41, grifos no original). De tal maneira, o tipo ideal weberiano aparece aqui desfigurado relativamente, uma vez que a burocracia governamental (e não Estado e empresa amalgamados) está conectada ao problema da luta de classe, porém sem a explicitação do relacionamento do Estado e de sua burocracia enquanto relações sociais de produção à exploração do trabalho que se realiza fora dessa esfera político-legal. Disso resulta um apuramento da conceituação da burocracia governamental, segundo Souza Filho, em conexão com elementos marxistas. Disse ele:

> Então, a partir da análise crítica do conceito weberiano de burocracia, devemos aprofundar a definição explicitada anteriormente, sintetizando que a burocracia é a forma legítima de obter obediência de um grupo de pessoas e exercer o poder de classe para atingir objetivos voltados para a expansão capitalista, através emprego do econômico de recursos materiais e conceituais e do esforço humano coletivo, assim como da adequação desses recursos aos fins visados, que se expressam, também, pela necessidade de atender determinadas demandas da classe dominada. Consideramos que dessa forma o conceito de burocracia fica completo em suas determinações essenciais (p. 60).

Apesar de haver um tom ainda difícil de ser eliminado, dado o vínculo com a

sociologia produtora de conceitos. necessidade de rearticulação aqui produz ao menos a cisão em relação ao tipo ideal e produz também o vínculo com a luta de classes. Este último ponto, inclusive, contrasta positivamente com a tendência do bloqueio do "devir social" ou com caráter eternizante por meio do qual Weber apresenta a burocracia. "A crítica do conceito weberiano de burocracia", porém, não se tratou de uma crítica sistemática às problemáticas envolvidas, sobretudo, como constatou Lukács em relação à mesma sociologia, a ausência do problema do maisvalor, da exploração do trabalho. Embora tenha sido realizada a cisão no tipo ideal, retirando a empresa capitalista do amálgama com o Estado, este ponto da elaboração weberiana não foi considerado sistematicamente, não foi objeto pertencente àquela "crítica do conceito"; mesmo porque não parecia ser o objetivo último do material em puata. Mas, ainda assim, neste material aparece um esforço de rearticulação muito mais evidente do que nos autores anteriores, ao menos bem mais evidente do que em Tragtenberg.

Ainda é necessária, pois, uma rearticulação categorial da burocracia nos mesmos moldes da produção em geral e do trabalho abstrato, isto é, um escrutínio que estabeleça a burocracia como abstração razoável – sem, portanto, a "analogia grosseira" com a empresa capitalista –, na medida em que exprima uma relação social de produção determinada cortada pelas contradições fundamentais da produção capitalista.

5. CONCLUSÃO

Os problemas aqui aludidos não se esgotam neste texto. A matéria ainda é objeto de reflexão e território de pesquisa. Uma constatação conclusiva, porém, pode ser delineada: é preciso rearticular a burocracia governamental a partir do padrão cientificidade marxiano, de levando-se também em conta as elaborações que o próprio Marx cunhou nos textos anteriores ao desenvolvimento desse padrão, como a produção em geral e o trabalho abstrato dão prova. É necessário, pois, especificar a determinação marxiana da burocracia, sem perder de vista os problemas aqui indicados. Apesar de muitos esforços realizados, e que considerados. precisam ser não empreendeu ainda um trabalho sistemático nesta direção.

Disso resulta que aquele conceito (tipo puro) pode ser rearticulado para perder seu caráter de síntese meramente descritiva,

que se apega à identidade de superfície entre Estado e empresa – e ainda estabelece a conexão entre eles de modo invertido. Por força desse seu caráter, a própria conexão entre a produção da riqueza e a vida política converte-se num contentamento com a descrição dos aspectos funcionais exteriores e que encobrem o antagonismo fundamental. Enquanto também descrição empírica da burocracia governamental – isto é, em oposição à pura identidade entre Estado e empresa – o próprio conceito de burocracia perde de vista esta conexão e também a natureza dessa conexão. E, do ponto de vista do valor descritivo, os efetivos avanços em relação à caracterização empírica dada por Hegel, por exemplo, à burocracia prussiana, podem ser questionados. Em outros termos, mesmo o valor descritivo do conceito pode ser limitado, por um lado, em função da natureza do tipo ideal como tipo puro, isto é, nunca existente como tal mas apenas mediante a possibilidade objetiva aproximações – e considerar o tipo puro weberiano para uma descrição direta, como se fosse ele mesmo uma categoria da efetividade, traz muitos outros problemas e incoerências –, e, por outro, as modificações ocorridas durante todo o século XX em que ao menos os traços mais gerais do conceito são em variados graus distintos da maneira como se apresentam as burocracias governamentais na atualidade, uma vez que as técnicas de gestão oriundas da produção material fluem cada vez visivelmente para a esfera governamental. Assim, a rearticulação categorial precisa ultrapassar a mera apreensão do conceito que encontra na epidérmica descrição empírica dos traços funcionais e superficiais da burocracia governamental o seu limite imanente. Isto é, não basta dar uma descrição dessa burocracia. É preciso conectá-la à relação contraditória fundamental e, assim, nem mesmo a descrição será a mesma que se pode encontrar no tipo puro de burocracia. Nesse sentido, é certo que a fixação da burocracia, como fez Hegel, como elemento particular de mediação entre o Estado (universalidade) e a sociedade (singularidade) é, como o próprio Marx apontou, errar em não reconhecer que tanto Estado burocracia quanto sua governamental são produtos da sociedade em contradição consigo mesma (cf. Marx, 2005, p. 107; 1976, p. 295-6). Como dito, rearticulação da qualquer burocracia. enquanto burocracia governamental, precisa relacioná-la ao antagonismo fundamental, enfrentar e atravessar as mistificações de superfície que eliminam aparentemente tal relacionamento.

Tendo isso em mente. uma rearticulação do conceito tem pelo menos quatro obstáculos. Primeiro, desvencilhar a burocracia governamental da identidade com a empresa, identidade posta pelo próprio conceito. Isto, de uma forma bastante proveitosa, pode ser capturado na crítica de Lukács à "analogia grosseira" necessidade de rearticulação que vimos em Poulantzas, Tragtenberg e Souza Filho, embora não tenha sido resultado de um esforco sistemático de rearticulação. Segundo, situar essa burocracia em relação à produção da riqueza e, portanto, contradições da sociedade, particularmente a contradição da relação-capital, isto é, como produto e, ao mesmo tempo, condição da reprodução da sociabilidade do capital, mas sempre em contraditoriedade; trata-se, pois, de uma categoria pertencente à produção capitalista e não universalmente existente. Terceiro, garantir que esta conexão não se submeta à simples descrição empírica dos seus elementos funcionais de superfície. Em a razoabilidade da burocracia suma, governamental enquanto uma categoria rearticulada ao projeto marxiano é dado por sua propriedade de expressar as relações reais, efetivamente existentes por detrás de sua aparência racional na qualidade de forma mistificada da relação-capital ao fundo. Em

outros termos, expressar a irracionalidade sob o manto da racionalidade do capital e de suas formas mistificadas, como a burocracia governamental enquanto uma relação social de produção determinada. Por fim, o quadro nunca estará completo sem a determinação marxiana da burocracia que seja, ao mesmo tempo, uma crítica radical ao tipo ideal weberiano.

A rearticulação categorial do conceito weberiano de burocracia, portanto, ainda aguarda um trabalho dedicado, considerando a importância de circunscrever a burocracia governamental à contradição da sociedade consigo mesma.

Abstract

The Marxian project never would be made without specific categories whose origins can be found in intellectual grounds very diverse from it. Notwithstanding, appropriation made by Marx was not done in automatic way. What determines that is a rearticulating effort of relevant categories, undressing them from arbitrariness to an adequate expression of objective relations. It is not a purification of the heuristic value of concepts, but a category rearticulation of relevant reasonable abstractions for the reproduction of the effectiveness in thought, and also to stress the logic of the things and its contradictions and the social relations under the superficial forms. Thus, this essay shows the fundamental appointments made by Marx about the reasonable abstractions, especially about the general production and abstract labour as categories originated from classic political economy (Adam Smith). In

the following section, the essay considers the Lukács (History and class consciousness) effort to rearticulates the Weberian ideal bureaucracy type of and how acknowledge years later (The Reason destruction) the involved problems which are linked with the analogy between the State and capitalist enterprise. Thus, one can evaluates to what extent there reasonability in bureaucracy as a category by which we can consider an adequate rearticulation, taking into account the ideas of Poulantzas, Tragtenberg and Souza Filho. This evaluation aims at the indication of the relevance of exogenous categories to the development of the potentialities of Marxian project, without setting aside the immanent limits and problems of that appropriation. We conclude that such abstraction is reasonable after an adequate rearticulation insofar as it is an expression of and insofar as it expresses the effective relations beyond of the surface of these social relations.

Key-words: Reasonable abstractions, general production, abstract labour, bureaucracy.

REFERÊNCIAS

FREDERICO, Celso. (2010). O marxismo weberiano. In: Teixeira, Francisco; Frederico, Celso. *Marx, Weber e o marxismo weberiano*. São Paulo: Cortez.

KOCKA, J. (1986). *Max Weber*, der Historiker. Band 73, Kritische Studien zur Geschichtswissenschaft. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht.

LÖWY, M. (1992). Figures du marxisme	(1976). Zur Kritik der
wébérien. In: Marx et Weber, Actuel Marx,	Hegelschen Rechtsphilosophie, Werke.
n° 11.	Dietz Verlag, Berlin, Band 1.
LUKÁCS, G. (1958). La destruction de la	(1983). Einleitung zu den
raison. vol 2, Paris: L'arche Editeur.	Grundrissen der kritik der politishehen
(1972). El asalto a la razon. 3ª	Ökonomie. Werke, Band 42, Dietz Verlag
ed. Barcelona: Grijalbo.	Berlin.
(1977a). Vorwort. In: Werke,	Teorias da mais-valia: história
Frühschriften II, Geschichte und	do pensamento econômico. Vol 1. São
Klassenbewusstsein. Neuwied und Berlin:	Paulo: Difel, 1980-1985.
Luchterhand.	(1985). O Capital. vol. 1, São
(1977b). Gechichte und	Paulo: Nova Cultural.
Klassenbewußtsein. In: Werke,	(2005). Crítica da filosofia do
Frühschriften II, Neuwied und Berlin:	direito de Hegel. São Paulo: Boitempo.
Luchterhand.	(2011). Grundrisse. São Paulo:
(2003). História e consciência	Boitempo.
de classe. São Paulo: Martins Fontes.	MERLEAU-PONTY, M. (1955). Les
MARX, K. (1950). Misère de la philosophie.	aventures de la dialectique. Paris:
Paris: Alfred Costes Éditeur.	Gallimard.
(1960). Der achtzehnte	MÉSZÁROS, I. (1989). The power of
Brumaire des Louis Bonaparte. In: Werke.	ideology. New York Univerty Press.
Dietz Verlag, Berlin, Bd.8.	(1993). Filosofia, ideologia e
(1962). Das Kapital. Werke,	ciência social. São Paulo: Ensaio.
Dietz Verlag, Berlin. Band 23, Erster Band.	(1995). Beyond capital.
. (1974). Prefácio de Para a	London: Merlin Press.
crítica da economia política. In: Manuscritos	(2010). Social structure and
econômico-filosóficos e outros textos	forms of consciousness: the social
escolhidos. Coleção Os Pensadores. São	determination of method. v. 1, New York:
Paulo: Abril Cultural.	Monthly Review Press.
	(2011). Social structure and
	forms of consciousness; the dialectic of

structure and history. v. 2, New York: Monthly Review Press.

MILL, S. (1996). *Princípios de economia política*. vol 1, Coleção Os Economistas, São Paulo: Nova Cultural.

PAÇO-CUNHA, E. (2010). Gênese, razoabilidade e mistificação da relação social de produção em Marx: a organização burocrática como abstração arbitrária. Tese de Doutorado. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração. Belo Horizonte.

POULANTZAS, N. (1971). Pouvoir politique et classes sociales. Vol 2. Paris: Maspero.

SOUZA FILHO, R. de. (2011). *Gestão Pública e democracia*: a burocracia em questão. Rio de Janeiro: Luman Juris.

TEIXEIRA, Mariana O. do N. (2010). *Razão* e reificação: Um estudo sobre Max Weber em *História e Consciência de Classe*, de Georg Lukács. Campinas, IFCH, Unicamp (Dissertação de Mestrado).

TRAGTENBERG, M. (1974). Burocracia e ideologia. São Paulo: Ática.

WEBER, M. (2001). A 'objetividade' do conhecimento na ciência social e na ciência política. In: *Metodologia das ciências sociais*. Parte I. São Paulo: Cortez; Unicamp.

_____. (1999). Economia e Sociedade.

Vol. II, Brasília: UnB.

¹ Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail eletrônico: paco.cunha@ufjf.edu.br

² O *trabalho produtivo* é outra categoria importante que Marx rearticula a partir de Smith, sempre em conexão com o trabalho abstrato. É possível conferir a determinação do trabalho produtivo como trabalho que valoriza capital no texto de Marx *Teorias da mais-valia* (1985) e no capítulo 7 de Paço-Cunha (2010).